



ESTADO DO MARANHÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Interessado: **MARIA DE OLIVEIRA PEREIRA E SUBSCRITOS NOS SEMINÁRIOS REGIONAIS DE CONTRIBUIÇÕES PARA A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC, DO ENSINO FUNDAMENTAL, REALIZADOS NO PERÍODO DE 17 DE OUTUBRO A 28 DE NOVEMBRO DE 2018, EM SÃO LUÍS – MA**

Assunto: **ESTUDO DA VIABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, NAS REDES DE ENSINO DO ESTADO DO MARANHÃO**

Relatores: **ELIZABETH PEREIRA RODRIGUES, ROBERTO MAURO GURGEL ROCHA, SONIA MARIA CORREA PEREIRA MUGSCHI, MARIA ELIZABETH GOMES BRAGA, ANTÔNIO DE LISBOA MACHADO FILHO**

Parecer Nº 141/2019-CEE	Câmara de Educação Básica	Aprovado pelo Conselho Pleno 04/ JULHO /2019
-----------------------------------	----------------------------------	--

Processo nº 564/2018-CEE

I – RELATÓRIO

1.1 Preliminares

A proposta do ensino de Inglês nos anos iniciais da escolarização do estado do Maranhão, que se constituiu no ponto de partida para o presente estudo deste Conselho, foi protocolada neste Colegiado, no dia 19/12/2018, em forma de manifesto, subscrita pela sra. Maria de Oliveira Pereira, acompanhada por assinaturas de participantes dos seis Seminários Regionais de contribuições para a Base Nacional Comum Curricular - BNCC referente ao Ensino Fundamental, realizados no período de 17 de outubro e 28 de novembro de 2018, na cidade de São Luís – MA, fls. 04 a 40.

Os suplicantes apresentaram, como fundamento, o inciso III do art. 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/96 (Brasil, 1996), que atribui aos municípios a competência para baixarem normas complementares concernentes ao seu sistema de ensino. Como justificativa, apontaram a relação direta entre o oferecimento do ensino da língua Inglesa na Educação Infantil, bem como nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a ampliação das oportunidades educacionais para seus filhos.

Segundo os solicitantes, o contato com a Língua Estrangeira, nas primeiras etapas de ensino, propiciaria ao aluno maior capacidade para utilizar o conhecimento linguístico construído nas interações e serviria como base para melhor desempenho quando atingisse os Anos Finais do Ensino Fundamental, assim como contribuiria para a consolidação de sua aprendizagem nas etapas seguintes, “maior possibilidade de futura inserção no mercado de trabalho; maior acesso a múltiplas culturas, garantia de equidade e igualdade, já que os alunos das escolas particulares já desenvolvem esse aprendizado...”.

O pedido formou o processo CEE-MA nº 564/2018 e, com base na Portaria nº 012/2019 – GP-CEE, de 11 de abril de 2019, a Presidente desta Corte, Conselheira Maria do Perpétuo Socorro Azevedo Carneiro, constituiu Comissão Bicameral para estudo da matéria, composta pelos Conselheiros Elizabeth Pereira Rodrigues, Roberto Mauro Gurgel Rocha, Sonia Maria Correa Pereira Mugschi, Maria Elizabeth Gomes Braga e Antônio de Lisboa Machado Filho, sob a Presidência da primeira dos designados.

1.2 Contextualização do tema

Contextualizando-se o tema, a partir do citado pleito, observa-se que nas últimas décadas o ensino de línguas estrangeiras no Brasil tem sido objeto de orientações oficiais por parte de autoridades governamentais, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – PCNs (Brasil, 1998) e da recente Base Nacional Comum Curricular - BNCC para o Ensino Fundamental (Brasil, 2018).



**ESTADO DO MARANHÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

PARECER Nº 141/2019-CEE

- 2 -

Constata-se, em contrapartida, que não se formularam leis ou orientações para o ensino de Língua Estrangeira na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O § 5º, do Artigo 26 da LDB nº 9394/96 estabeleceu a obrigatoriedade da Língua Inglesa somente a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

No que concerne a essa demanda, verifica-se que a Língua Inglesa vem assumindo papel cada vez mais relevante como parte da inclusão social na contemporaneidade. Em função de ser a língua mais falada no mundo – contados os falantes nativos e não-nativos que a empregam como uma língua franca ou adicional - seu ensino tem sido objeto de políticas educacionais reconhecedoras do *status* diferenciado que ela ocupa em relação a outras línguas estrangeiras.

Em nosso país, assim como em várias partes do mundo, o aprendizado - cada vez mais cedo - desse idioma vem requerendo uma abordagem integradora de seu ensino nos diversos níveis da educação escolar: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (sem obrigatoriedade); Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio (com obrigatoriedade). Em busca de melhores níveis de proficiência, com maior tempo de convivência e aprendizagem da língua, muitas famílias incentivam seus filhos a aprender o Inglês em escolas particulares antes de sua oferta compulsória.

Seguindo tendência mundial de ensino dessa língua para crianças, diversos sistemas e instâncias de ensino se organizam, na atualidade, para que o Inglês seja ensinado nos primeiros anos da escolaridade também nas instituições públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Embora toda língua estrangeira tenha potencial de desenvolvimento das capacidades das crianças nessa faixa etária, a opção pelo ensino de Inglês, em relação às demais línguas estrangeiras, encontra diversas justificativas, muitas delas vinculadas ao fato de ser o idioma de comunicação predominante no mundo virtual, do trabalho, dos negócios ou mesmo talvez o único em que possam conversar um chinês, um belga, um brasileiro e um japonês que tenham que dividir uma mesa.

1.3 Fundamentação teórica

Qual seria, então, a idade ideal para que se inicie o aprendizado de uma língua estrangeira?

Estudos de Vygotsky (1996) remetem à interpretação da linguagem como uma possibilidade de comunicação inerente ao ser humano e ainda, um instrumento de domínio sobre o mundo. Dessa forma, pode-se inferir que todas as pessoas trazem consigo o poder de se manifestar socialmente e agir sobre sua cultura.

Chomsky (1965) enfatiza que a linguagem é um processo natural do desenvolvimento das capacidades do ser humano e que ele aprenderá qualquer língua da mesma forma que um pássaro, por exemplo, aprenderá a voar. Neste mesmo sentido, percebe-se que a função da linguagem no desenvolvimento humano é insubstituível e que qualquer indivíduo possui capacidade para aprender um idioma em determinadas condições de imersão ou estudo.

No que se refere ao desenvolvimento da linguagem ainda na infância, Vygotsky (2001) sustenta que a descoberta mais importante da criança ocorre por volta dos dois anos de idade, quando as curvas da evolução do pensamento e da fala se encontram e se unem para desenvolver o pensamento verbal.

R. Roberto da



**ESTADO DO MARANHÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

PARECER Nº 141/2019-CEE

- 3

Alguns estudiosos, como Penfield e Roberts (1959) e Lennenberg (1967), defendem a infância como o momento ideal para o início formal dos estudos de língua. Essa fase da vida, denominada como período crítico ou período sensível é, consoante os autores, considerada ideal para o desenvolvimento das habilidades cognitivas da criança.

Segundo Lennenberg (1967), a idade crítica para a aprendizagem de uma língua estrangeira, sem que haja comprometimento neurológico, situa-se entre os vinte e um e os trinta e seis meses de vida da criança. Até os doze anos de idade, todavia, ela ainda consegue aprender sem muito esforço. Para ele, a partir dos catorze anos a capacidade de assimilação e aprendizagem do ser humano começa a diminuir gradativamente, o que, embora não impeça a ocorrência da aprendizagem, exigirá maior dedicação do aluno e do professor

Kramer (2005) confirma a teoria de Lennenberg (1967), porém a modifica no que se refere à questão cronológica. Esse autor parte do pressuposto de que a melhor idade para se aprender uma língua estrangeira reside entre quatro e dez anos de idade. Segundo ele, é nesta fase que o cérebro está suficientemente maleável para permitir que a criança aprenda outra língua com facilidade.

Ainda com referência à idade mais propícia para a aprendizagem, registram-se as contribuições de Jacobs (1999), sustentando que para se alcançar o nível intermediário de uma língua estrangeira deve-se estar extensivamente exposto a ela. Em sua concepção, são necessárias cerca de mil e duzentas horas de exposição à língua estrangeira, e esse período é relativamente mais longo se forem consideradas aulas de duas vezes por semana, em um total de uma hora e quarenta minutos.

Ao se avaliar a relação entre idade e tempo curricular semanal de exposição à língua, pode-se afirmar que a criança iniciando os estudos com sete anos de idade demorará pouco mais de dez anos para alcançar o nível intermediário. Em suma: ela provavelmente alcançará esse nível de conhecimento por volta dos dezessete anos.

Segundo Krashen (1987), a criança é capaz de adquirir somente os conhecimentos que estiverem adequados ao seu estágio de maturidade, independentemente da frequência das aulas e do grau de dificuldade envolvido. Dessa forma, apenas memorizará os conhecimentos acima do seu alcance, sem internalizá-los, empregá-los ou deles fazer uso prático.

Para Schutz (2008), a idade máxima para se aprender um novo idioma pode variar de pessoa para pessoa e depende fundamentalmente do ambiente em que a aprendizagem vai ocorrer. Segundo seus estudos, a maior dificuldade verificada a partir da puberdade refere-se à pronúncia.

Faz-se mister ressaltar que, apesar de se abordar a relação idade e tempo de aprendizagem, considera-se que aprender língua estrangeira não se resume somente a fatores cronológicos, mas também a fatores biológicos, cognitivos, afetivos, motores e sociais do aprendiz, bem como corpo docente e técnico, logística, metodologia, material didático e demais recursos de variadas ordens.

R. Zolner



**ESTADO DO MARANHÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

PARECER Nº 141/2019-CEE

- 4 -

Cameron (2001) enfatiza que ensinar crianças não é fácil, pois embora demonstrem facilidade para aprender, as formas de linguagem são instrumentos complexos que envolvem relações estruturais de que não se pode olvidar. Ainda conforme o pesquisador, essas aulas devem ser orientadas por objetivos claros e metodologias adequadas, considerando-se as expectativas e possibilidades das crianças; e reavaliadas segundo a complexidade da linguagem, a fim de que não se restrinjam somente a uma atividade curiosa, diferente e lúdica.

Convém trazer à baila os estudos de Moita Lopes (1996) e Moura (2005), que ressaltam a qualidade da interação proposta pelo professor como fulcral para o êxito do processo de ensino e aprendizagem de língua estrangeira. Assim, uma interação significativa é capaz de propiciar ao aprendiz a conquista de resultados altamente proveitosos em sua aprendizagem.

Brown (2001) enfocou a necessidade de atividades de interação e mediação nos trabalhos com crianças. Classificou tais elementos como básicos, ao se levar em conta que sua atenção é relativamente curta, com duração aproximada de sete minutos. Esse seria o principal motivo para que se envolvesse a criança todo o tempo de aula em tarefas que visem, em espaços curtos de tempo, à construção ativa de seu conhecimento e ao uso significativo da linguagem.

Destaca-se, outrossim, o papel da afetividade para a obtenção de resultados satisfatórios no processo de ensino e aprendizagem de língua estrangeira para crianças. Esse tema tem sido objeto de estudos de inúmeros pesquisadores, dentre eles Arnold (1999), que concebe a afetividade como ampla gama de fenômenos relacionados à emoção e a estados de espírito. É possível citar-se ainda Krashen (1987) e Brown (2001), que destacam a interdependência do pilar formado por linguística, cognição e afeto.

A importância da formação inicial e continuada do professor, afigura-se como outro elemento importante no tema da língua e, nesse contexto, o ponto de partida é a preparação das atividades didáticas e avaliativas. Na esteira desse raciocínio, recorre-se a Cameron (2001) e Almeida Filho (1993), que enfatizam a importância de que o processo de ensino e aprendizagem de língua estrangeira para crianças seja conduzido por professores bem formados e atualizados. Segundo esses autores, o professor deve promover interações apropriadas para que o aprendiz se desenvolva integralmente, pois a aprendizagem de ações e resolução de desafios, empregando a língua estrangeira representam pré-requisito insubstituível para a ocorrência da aprendizagem.

No que concerne a esse fator, o British Council alerta para o fato de que, apesar de 90 % dos professores de Inglês no Brasil terem ensino superior completo, apenas 38% são formados em Língua Inglesa. Do total, 52% são graduados há mais de 10 anos e 45% destes não realizam capacitação pedagógica regularmente. Nessa área, os docentes costumam arcar com o custeio de sua atualização. Somente 33% possuem certificado de proficiência em Inglês; 65% lecionam duas ou mais disciplinas, sendo uma delas Língua Portuguesa e 38% ministram mais de 30 aulas por semana, entre a Língua Estrangeira e demais disciplinas. Tais dados fundamentam a conclusão de que, dada à precariedade de formação e dificuldade de dedicação, um óbice importante à operacionalização adequada da Língua Inglesa nas escolas constitui-se na escassa habilidade, oralidade e domínio da Língua Inglesa por parte dos professores. (Língua, 2015).

R. Rocha



**ESTADO DO MARANHÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

PARECER Nº 141/2019-CEE

- 5 -

O British Council aconselha as autoridades competentes a adotarem algumas medidas visando à melhoria do ensino de Inglês na escola pública e, nesse sentido, orienta-os para que: seja a língua Inglesa incorporada ao currículo antes dos Anos Finais do Ensino Fundamental; desenvolva-se esse ensino com maior carga horária e número de alunos mais reduzido em cada sala de aula; propicie-se capacitação presencial ao corpo docente com professores nativos; promovam-se intercâmbios a fim de que os professores experimentem vivências em países da língua ensinada; diversifiquem-se os recursos e se avance no campo tecnológica com vistas a modernizar as atividades nessa área. (Neurociência, 2017)

Considerando ainda, que o trabalho linguístico não se efetiva apenas pela atividade do professor, constata-se a relevância do desenvolvimento de um trabalho integrado entre os diversos profissionais ligados à educação. Isto certamente levaria à elaboração de propostas mais coerentes e significativas para o ensino e aprendizagem de língua estrangeira para crianças. Assim, dentre os profissionais que poderiam realizar um trabalho integrado, enfatiza-se o psicopedagogo. Isto se deve, principalmente, à possibilidade deste profissional atuar juntamente com o professor, com o aluno e sua família, com a coordenação e com a direção da escola. Convém avaliar, a partir dessa premissa, a possibilidade de que as redes de ensino disponham desse profissional e dos demais elementos acima identificados para assegurar a execução do trabalho de Língua Inglesa consoante enunciado no presente Relatório.

1.4 Aprendizagem de uma língua adicional: concepções e desdobramentos

O aprendizado da segunda língua conduz os alunos a uma nova percepção da natureza da linguagem, e ainda, amplia o entendimento da língua materna e a compreensão quanto ao funcionamento da linguagem. Por meio da percepção de culturas estrangeiras, o aluno constrói maior consciência e valorização da própria cultura. E, essa compreensão intercultural, contribui para a composição do ambiente adequado à melhor aceitação das diferenças de comportamento e de formas de expressão diversas.

A concepção de língua estrangeira mudou consideravelmente entre os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, de 1988 e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, de 2018. A própria terminologia foi alterada de língua estrangeira para língua franca, na BNCC. Essa é uma mudança de conceito importante para o ensino do Inglês, porque concebê-la como língua franca significa enquadrá-la na categoria de uma língua de várias pessoas, que falam idiomas diferentes, adotando-os para se comunicarem entre si. Nessa perspectiva de língua franca, o Inglês deixa de ser apenas dos falantes nativos (onde é ensinada como língua materna), e passa a ser uma língua que varia, com diferentes contextos, que dependem do lugar onde é falada. Esse fator favorece o ensino da língua inglesa com mais interculturalidade.

A BNCC extingue, desse modo, a acepção da Língua Inglesa como aquela que pertence somente aos países dominantes e, por conseguinte, às suas antigas colônias, o que retrata o imperialismo britânico, suas colônias, destacando-se a mais bem-sucedida de todas: os Estados Unidos da América, hoje maior potência econômica do planeta. Nessa nova perspectiva, acolhem-se e se legitimam os usos que dela fazem aqueles que falam o Inglês ao redor do mundo com diferentes repertórios linguísticos e culturais, inaugurando-se a possibilidade de que se questione, por exemplo, a visão encastelada historicamente de que o inglês correto – e a ser ensinado – é aquele falado pelos nascidos em países de língua inglesa. Nesse sentido, a BNCC legitima o Inglês, não só como a língua falada em países como os Estados Unidos ou a Inglaterra, mas como uma oportunidade oferecida a todos, de acesso ao mundo globalizado.

R. Rocha



ESTADO DO MARANHÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER Nº 141/2019-CEE

- 6 -

O novo *status* de língua franca implica deslocar a língua de um modelo ideal de falante para um modelo mais real, considerando suas diferenças culturais e as variações linguísticas decorrentes das situações de uso e das comunidades que a falam. A proposta da BNCC é a de reconhecer os diversos repertórios linguísticos presentes em sala de aula e fora dela, ampliando as noções do que vem a ser certo e errado, no uso da língua. Essa concepção muda de forma estratégica a maneira de entender o componente e, principalmente, de como o Inglês deve ser ensinado, consoante se observa no quadro a seguir:

Quadro 1. Ensino de Língua Adicional nos PCNs e na BNCC

Elemento	PCNs	BNCC
Status	Língua estrangeira	Língua inglesa
Concepção	Língua estrangeira	Língua franca
Eixos	conhecimento de mundo, conhecimento sistêmico, tipos de texto e atitudes	oralidade, leitura, escrita, conhecimento linguístico e dimensão intercultural
Foco	Práticas de leitura e escrita	Desenvolvimento de habilidades
Objetivo	Aprender a ler textos	Multiletramento
Conteúdo	Estruturas linguísticas e de palavras	Busca de práticas reais, textos de gêneros diversos e multimeios

Fonte: PCNs (1988) e BNCC (2018)

A língua, hoje, é tratada como uma oportunidade de acesso ao mundo globalizado e um conhecimento que o aluno precisa para exercer a cidadania e ampliar suas possibilidades de interação em diversos contextos.

O ensino de Inglês, de acordo com a BNCC, deve colaborar para desenvolver competências que vão além de ler, interpretar e resolver problemas. Nesse contexto, o eixo da oralidade é bastante ampliado e envolve as práticas de linguagem com foco na compreensão (escuta) e na produção oral (fala), com ou sem contato face a face. No eixo Leitura e Escrita são abordadas práticas de linguagem decorrentes da interação do leitor com o texto escrito e as práticas de produção de textos, respectivamente. Os conhecimentos linguísticos estão relacionados à análise e à reflexão sobre a língua, sempre de modo contextualizado, articulado e a serviço das práticas de oralidade, leitura e escrita.

A Dimensão intercultural nasce da compreensão de que as culturas, especialmente na sociedade contemporânea, estão em contínuo processo de interação e construção, esse é um aspecto que deve ser tematizado em sala de aula.

A Base traz a visão de que a criança e o jovem aprendem na prática comunicativa e em contato com a língua real. A maneira de ensinar também muda, pois ressignifica a relação entre falantes, língua (materna ou estrangeira) e contexto geográfico-cultural. Por outro lado, no que diz respeito ao eixo da Leitura, a Base aborda práticas diversas a serem trabalhadas com os alunos, com foco na construção de significados, com base na compreensão e interpretação dos gêneros escritos em Língua Inglesa, que circulam nos diversos campos e esferas da sociedade.

R. 2016



**ESTADO DO MARANHÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

PARECER Nº 141/2019-CEE

- 7 -

O estudo dos vocábulos e da gramática tem como foco levar os alunos, de modo indutivo, a descobrir o funcionamento sistêmico do Inglês. Isto traz outro desafio, o metodológico, uma vez que torna imprescindível que o professor trabalhe de outras formas em sala, não mais no ensino exclusivo de regras, numa abordagem mais tecnicista, mas do uso discursivo da língua, com materiais variados e atendendo às diferentes necessidades de seu contexto escolar e social. O trabalho com gêneros verbais e híbridos, potencializados principalmente pelos meios digitais, possibilita vivenciar, de maneira significativa e situada, diferentes modos de aprender a língua.

Os conteúdos, em sala de aula, devem estar inseridos em diferentes contextos culturais, desvinculando-se, inclusive, da noção de pertencimento a um único território e, conseqüentemente, a culturas típicas de comunidades específicas. Com isso, o uso do inglês é reconhecido como legítimo em contextos locais. Os textos estudados em sala não precisam ser recortes, que deslocam a língua para um modelo ideal, mas devem ser textos originais, tais quais circulam nas mais diversas esferas sociais, já que a língua é entendida como prática social. Devem ser consideradas as diferenças culturais e as variações linguísticas decorrentes de seus diferentes usos e variadas comunidades de fala, acolhendo os diversos repertórios presentes em sala de aula e fora dela.

Entende-se que, em um contexto de ensino de Língua Inglesa para crianças, é preciso respeitar as especificidades do seu processo de aprendizagem, oferecendo um ambiente lúdico e um ensino gradativo. Na mesma medida, a exigência sobre a produção das crianças também deve ser gradual, uma vez que o uso da Língua Inglesa pelos pequenos aprendizes deve corresponder às práticas discursivas da sua realidade. Entretanto, ao fazê-lo em outra língua o aluno consegue vivenciar novas formas de ser e significar. É importante considerar que o tempo de contato com a língua alvo também influenciará na qualidade dessa produção.

O contato com a língua, cultura e hábitos de povos que falam Língua Estrangeira, em especial a Língua Inglesa, também promove o desenvolvimento da própria identidade linguística e cultural. A interação entre os alunos e destes com o professor faz com que se perceba que o Inglês faz parte do cotidiano e está presente nas propagandas, outdoors, internet, brinquedos, menus, jogos eletrônicos e muitos outros contextos.

Os pontos acima levantados fundamentam alguns pressupostos a serem considerados quando se trata do oferecimento da Língua Inglesa para crianças. O ensino dessa língua franca:

- compõe o processo integral de desenvolvimento do indivíduo e deve estar relacionado com as demais áreas da fase educacional em que o aluno se encontra;
- deve ser mediado por uma variedade de produtos culturais que permitam a apropriação contínua e gradativa do uso da linguagem;
- deve se beneficiar das atividades lúdicas que promovam, ao mesmo tempo, a apropriação das formas da língua e a compreensão e produção de significados;
- deve respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem das habilidades de compreensão e de produção.

R. Zolner



**ESTADO DO MARANHÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

PARECER Nº 141/2019-CEE

- 8 -

E, em consonância com os pressupostos acima inscritos, alguns princípios se desenham na operacionalização do ensino dessa língua para crianças:

- Da ludicidade - atividades lúdicas como brincar, jogar, cantar, ouvir histórias, desenhar, por exemplo, são comuns ao universo infantil e promovem maior participação da criança no processo de ensino-aprendizagem de inglês e o seu desenvolvimento enquanto falante da língua estrangeira.

- Da aprendizagem significativa – relaciona-se ao modo como novas informações se integram ao que o aluno já sabe ou conhece e fazem sentido em relação à realidade que a criança vivencia.

- Do currículo em espiral – a organização curricular em espiral permite a retomada e ampliação dos conteúdos em diferentes etapas da escolarização.

- Da totalidade da língua - para se desenvolver como usuário da língua estrangeira, o aluno deve interagir com a língua em sua totalidade e não apenas ser exposto a vocábulos ou estruturas gramaticais isoladas.

- Da interculturalidade – o aprendizado da língua estrangeira contribui para a conscientização de que o uso de uma língua é uma prática cultural e permite o contraste entre a cultura vivida pelo aprendiz e outras culturas associadas à língua que está aprendendo.

- Da formação integral – a aprendizagem da língua estrangeira faz parte do desenvolvimento integral da criança e compreende o desenvolvimento afetivo, cognitivo e social.

- Da interação – a criança se desenvolve enquanto sujeito quando tem oportunidade de interagir na língua estrangeira/adicional.

De um modo geral, cada fase da vida nos oferece diferentes vantagens no aprendizado de línguas. Os bebês têm um ouvido melhor para sons diferentes; as crianças conseguem assimilar sotaques nativos com uma velocidade surpreendente. Os adultos, por sua vez, têm maior capacidade de atenção e habilidades cruciais, como o grau de instrução, que permitem expandir continuamente o vocabulário.

O Centro de Assuntos Bilingües da Universidade de Edimburgo, na Escócia declarou que aprender outra língua mais tarde não prejudica necessariamente a qualidade do aprendizado. Uma série de fatores além da idade, como fatores sociais, metodológicos e afetivos, podem afetar o número de idiomas que se falam e com que desenvoltura. É o caso do chamado aprendizado explícito: processo de estudo que se dá em uma sala de aula com um professor explicando as regras do idioma. Algumas pesquisas mostraram que jovens adultos exibem certas vantagens sobre crianças, quando se trata do aprendizado de línguas. As crianças pequenas apresentam dificuldades no aprendizado explícito, porque ainda não desenvolveram adequadamente seu controle cognitivo, sua capacidade de atenção e memória (Hardach, 2018).

~~Handwritten signature~~
R. Rocha tu



**ESTADO DO MARANHÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

- 9 -

PARECER Nº 141/2019-CEE

Conforme já adiantado, a idade do falante é somente um elemento a ser levado em conta para o nível de proficiência na Língua Estrangeira, e não se tem reconhecido como o mais determinante: são fundamentais a quantidade e a qualidade de exposição, a regularidade do uso da língua, a motivação e a necessidade de utilizá-la, assim como seu uso recente. Uma criança que cedo foi exposta à língua, porém não manteve seu emprego com frequência pode ser avaliada com menor proficiência do que uma pessoa que iniciou seus estudos na adolescência, no entanto aprofundou seu estudo e logrou frequência satisfatória na prática dessa língua (Educação, 2015).

Crê-se no pressuposto de que a formação do aluno é concebida nas práticas sociais do mundo real e do mundo digital, nos quais dominar a Língua Inglesa potencializa as possibilidades de participação e circulação, que aproximam e conciliam distintas linguagens (verbal, visual, corporal, audiovisual), em um contínuo processo de significação contextualizado, dialógico e ideológico. Nesse contexto, o Inglês é concebido não apenas como língua estrangeira ou do outro, mas um bem cultural mundial, que pode ser incorporado de múltiplas formas, para usos diversos, por falantes multilíngues que expressam suas variadas culturas.

2. PARECER

O reconhecimento da abrangência do ensino da Língua Inglesa como língua franca abre caminho para que se considere a oportunidade de sua implantação nos primeiros anos de escolaridade da criança. O contato com a segunda língua cada vez mais cedo pode ser capaz de colocar a criança em situações de uso dessa língua possibilitando-lhe construir rico *background* no momento em que sua capacidade de assimilação se encontra em um estágio exponencial; e, na esteira desse raciocínio, possa tomar contato com diferentes maneiras de viver a vida social e suas expressões culturais, criando significados indispensáveis para a consolidação desse aprendizado no futuro.

O ensino da Língua Inglesa nos anos iniciais da escolaridade é capaz de desenvolver o gosto pela língua entre crianças, ao proporcionar experiência inovadora de comunicação, em contexto relevante e significativo de ensino. O professor, como facilitador e modelo das habilidades de falar, ouvir, ler e escrever em Inglês, precisa ter formação de boa qualidade, uma vez que exerce papel de mediação e incentivo à apropriação do novo idioma.

Acredita-se que quanto mais cedo os alunos forem expostos ao ensino dessa Língua, menos dificuldades de aprendizagem terão no período de transição do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental de 9 anos. Muitas crianças, que não têm condições de frequentar aulas de Inglês fora da escola na fase da Educação Infantil até o 5º ano apresentam dificuldades quando se deparam no 6º ano com o ensino sistematizado de Inglês com cobrança de notas.

Face ao exposto, esta Comissão externa parecer favorável à implementação do Ensino da Língua Inglesa na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com base nos benefícios ao desenvolvimento da criança que podem advir de tal iniciativa.

R. Rocha



**ESTADO DO MARANHÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

PARECER Nº 141/2019-CEE

- 10 -

Esta Comissão, finalmente, ratifica o argumento suscitado neste Parecer, de que a idade do início da aquisição da Língua Inglesa, a despeito de sua relevância, não pode ser considerada isoladamente quando de sua implementação, em uma escola ou em uma rede de ensino. Há de se iniciar por um planejamento rigoroso, que contemple dotação orçamentária específica; qualificação técnica permanente do corpo técnico e docente; que atente aos componentes cognitivos, afetivos, biológicos, motores, sociais da criança; existência de completa logística física e didático-pedagógica, contemplando-se desde o plano de ensino, a carga horária, o número de alunos por sala e por professor até a disposição do ambiente, bem como a quantidade e a qualidade das interações proporcionadas à criança.

Envie-se, aos requerentes, o presente Parecer, em seu inteiro teor.

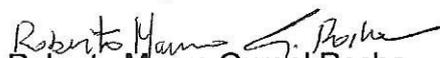
Sejam cientificadas as autoridades competentes na esfera pública e as interessadas na esfera privada, a fim de que considerem, observadas as recomendações contidas neste Parecer, a possibilidade de que se torne realidade, no Estado do Maranhão, o oferecimento da Língua Inglesa para os alunos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas suas redes de ensino.

São Luís, 04 de julho de 2019


Elizabeth Pereira Rodrigues
Presidente


Antônio de Lisboa Machado Filho


Maria Elizabeth Gomes Braga


Roberto Mauro Gurgel Rocha


Sonia Maria Correa Pereira Mugschi

A Câmara de Educação Básica aprova o Parecer e o encaminha à Presidência do CEE para os devidos fins.


Maria Vitória Bouças Bahia Silva
Presidente CEB/CEE